

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Outubro a Dezembro de 2009

Ano 34 – Nº 198

CPT discute reforma agrária em Encontro Nacional de Formação

Foto: CPT Nacional

Páginas 8 e 9



Foto: João Ripper



Vem aí o III Congresso Nacional da CPT

Página 15

EDITORIAL

Nesta última edição do Pastoral da Terra do ano, a CPT traz para os leitores e leitoras algumas análises sobre a violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como o processo de criminalização contra os movimentos sociais que agora, mais do que nunca, se institucionalizou com mais uma CPI contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Junto a isso, a CPT traz os dados parciais do ano de 2009, mostrando que mesmo com a redução dos conflitos no campo, a violência tem aumentado, principalmente na região sudeste, a mais “desenvolvida” de nosso país. Seguindo na mesma linha de denúncia, trazemos aos leitores e leitoras a realidade dos indígenas na Venezuela, perseguidos e ameaçados pelos grandes projetos de mineração na região, muitos foram mortos ou até mesmo presos, sem nenhuma justificativa. Enquanto isso, o presidente Chávez segue apoiando a causa indígena, porém, parece alheio ao genocídio que está se implementando no país.

Essa edição traz, também, comemorações festejadas pela CPT e pelos movimentos sociais. Completaram-se 15 anos do Grito dos Excluídos. Quais as conquistas, quais os ensinamentos, quais as reflexões e o que esperar daqui para frente? Esses e outros questionamentos e análises estão no artigo do padre Alfredo Gonçalves. 25 anos da CPT Alagoas e 30 anos da CPT Piauí. As sementes plantadas em 1975 com o início da CPT brotaram e amadureceram, chegando à vida adulta em 2009. Mais Romarias foram realizadas nesses últimos três meses, e um grande Mutirão das Águas visitou comunidades impactadas pelo projeto de Transposição do São Francisco.

Em um momento de reflexões e análises da sua trajetória, perto de completar 35 anos, a CPT realiza seu Encontro de Formação em 2009 com a tarefa de repensar o conceito de reforma agrária para o nosso Brasil. Durante quatro dias, cerca de 70 agentes da CPT de todo o país, discutiram e debateram os desafios para um novo modelo de reforma agrária a ser defendido, dentro de novos contextos sociais, políticos e econômicos. Ainda dentro desse contexto de desafios e de defesa de um modelo de convivência harmônica entre o ser humano, a terra e suas riquezas naturais, trazemos um pouco das discussões sobre o projeto de instalação de uma Hidrelétrica no Xingu, a hidrelétrica de Belo Monte, ou como diz Ruben Siqueira, da CPT Bahia, a hidrelétrica de Bela Morte. Quais serão os impactos ao meio ambiente, à região amazônica e às suas comunidades tradicionais?

Esses e outros desafios estão sendo levantados por essa edição do Pastoral da Terra, para alimentar a reflexão no novo ano que se inicia. Novo ano que trará, ainda, além dos desafios, as experiências e as conquistas da luta no III Congresso Nacional da CPT. Biomas, territórios e diversidade camponesa são os temas a serem levantados nesse espaço, que reunirá na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, cerca de mil pessoas de todo o Brasil, entre agentes, estudiosos, convidados e religiosos, integrados ao processo de criação e consolidação da Comissão Pastoral da Terra.

Boa Leitura, um feliz Natal e um excelente 2010 a todos e a todas!



PUBLICAÇÕES

Mulheres: resistência e luta em defesa da vida

O livro “Mulheres: resistência e luta em defesa da vida” foi lançado em outubro, pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Rio Grande do Sul. A obra, dividida em três capítulos, apresenta a história da luta e da resistência das mulheres no Brasil, faz um resgate da trajetória do MMC e conta a história do 8 de março de 2006, quando camponesas realizaram manifestações no horto flores-

tal da empresa Aracruz Celulose. O livro foi elaborado por camponesas, militantes e feministas, e organizado pela educadora popular Conceição Paludo.



Memória e Revitalização Identitária

“A cultura é a alma de um povo. Um povo sem cultura é fraco e disperso porque não tem um rosto próprio”, assim se inicia a segunda cartilha “Memória e Revitalização Identitária”. A publicação é fruto de pesquisas realizadas por ribeirinhos, sob a coordenação da CPT Guajarina, e resgata as características, valores, lendas, culinária e o linguajar dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba (PA). O lançamento da obra ocorreu durante o III

Congresso dos Ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba, em novembro.



III Congresso dos Ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba - 8 e 9 de novembro/2009

Grito de los Excluídos

O artista plástico equatoriano Pavel Égüez lançou no Brasil, em outubro, o livro “Grito de los Excluídos”. A obra apresenta pinturas e textos, em espanhol, que refletem a realidade social e multicultural da América Latina e insere-se na Campanha Continental do Grito dos Excluídos, na qual o autor trabalha desde 1999. As pinturas fazem parte de murais itinerantes que percorrem o continente como representação de uma arte de reflexão sobre temáticas como crianças, mulheres, camponeses, migrações, diversidade, natureza e terra.



PAVEL ÉGÜEZ
Grito de los Excluídos



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Hermínio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marina Muniz - estagiária
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane PASSOS (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação / Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.
(62) 3253-1307
www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informacoes.canuto@cptnacional.org.br



CPT participa de audiência na OEA

Foto: MST



Em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, em novembro, em Washington, a CPT, o MST e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional denunciaram o controle de terras no Brasil, a escravidão e a violência institucional nos centros peni-

tenciários. Na audiência, a representante da CPT, Jean Ann Bellini, relatou que a violência no campo cresce impulsionada por três fatores: a exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, a repressão na luta pela terra e violência contra as comunidades indígenas e descendentes de escravos.

Sepé Tiaraju é herói da Pátria

Em comemoração aos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, o nome de José Tiaraju, o Sepé Tiaraju, herói guarani rio-grandense. O Livro dos Heróis da Pátria fica no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e acolhe o nome de outros dez heróis brasileiros: Tiradentes, Ma-

rechal Deodoro, Zumbi dos Palmares, D. Pedro I, Duque de Caxias, José Plácido de Castro, Almirante Tamandaré, Almirante Barroso, Santos Dumont e José Bonifácio de Andrada e Silva. A denominação de herói nacional ocorre por ato do Congresso Nacional, respeitando um período mínimo de 50 anos após a morte do homenageado.

Criado o Dia de Combate ao Trabalho Escravo

A lei que cria o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi sancionada pelo presidente da República em exercício, José Alencar, e publicada no Diário Oficial da União. O dia será comemorado em 28 de janeiro, em homenagem aos três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, assassinados em 2004, durante vistoria em fazendas na zona rural de Unaí (MG).



Semana do São Francisco

A Articulação Popular do São Francisco realizou, em outubro, a Semana do São Francisco, rio que há 508 anos teve seu nome indígena original, Opará, mudado para São Francisco. Durante a semana houve a exposição "Vidas Ribeirinhas",

composta por telas pintadas pelo artista plástico Bebeto Assis e fotografias do rio registradas pelo fotógrafo João Zinclar. Também foram realizados debates sobre a Transposição e encenadas peças de teatro sobre o tema.

Feira Camponesa reúne agricultores

Foto: CPT Alagoas

A 11ª Feira Camponesa ocorreu em Maceió, em outubro, e teve duração de cinco dias. A atividade, realizada pela CPT Alagoas duas vezes por ano, tem o objetivo de evidenciar a cultura camponesa e promover a integração entre os agricultores e a população da capital alagoana. Sob o lema "Plantar, Colher e Repartir", mais de 130 feirantes, comercializaram alimentos livres de agrotóxicos, produzidos nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Durante a Feira foi instalada uma casa de farinha, uma rádio-poste com o nome de Caminho da Roça e durante



a noite houve apresentações artísticas, exibição de documentários produzidos pela CPT e confraternização entre os participantes.

Freis franceses da CPT recebem homenagem

Como parte das comemorações do Ano da França no Brasil, a Embaixada da França em Brasília prestou homenagem aos frades dominicanos franceses Henri Burin des Rozières, Xavier Plassat e Jean Raguènes. A homenagem foi no dia 14 de dezembro, no espaço Le Corbusier, na Embaixada da França.

Frei Henri des Rozières atua desde 1977 como advogado da CPT. Atualmente, vive na região de Xinguara (PA).

Frei Xavier Plassat é coordenador da Campanha Nacional da CPT Contra o Trabalho Escravo.

Jean Raguènes se muda para o Brasil, em 1944, e assume a CPT na fazenda do Xingu, em Altamira (PA). Nos últimos 10 anos esteve à frente da CPT em Tucumã / São Félix do Xingu. Recentemente, acometido por uma brutal perda da visão, mudou-se para São Paulo.

Encontro debate o trabalho escravo

O I Encontro Nacional do "Escravo, nem pensar!" foi realizado na cidade de Açailândia (MA), em outubro. A Campanha, desde 2004, capacita professores e líderes populares para atuar na prevenção ao trabalho escravo. A programa-

ção do evento contou com debates, oficinas, apresentações culturais e rodas de conversa sobre temas relacionados direta ou indiretamente ao trabalho escravo, como exploração sexual, questão agrária e meio ambiente.

Prêmio João Silvestre de Melhores Produtores

CPT Alagoas cria Prêmio João Silvestre de Melhores Produtores, que reconhece o trabalho e a diversidade agrícola dos assentados e assentadas que acompanha. Neste ano, foram três homenageados, um em cada área: Marineide Maria de Mendonça (litoral norte), Silene dos Santos Gomes Rodrigues (sertão) e Antônio Batista da Silva (zona da mata), que

receberam respectivamente um kit de irrigação, máquina ensiladeira e equipamento para a prática da apicultura. O prêmio ocorreu no dia 16 de outubro, na última noite cultural da 11ª Feira Camponesa, realizada em Maceió (AL) de 13 a 17 de outubro, e contou com o patrocínio da Secretaria Estadual de Agricultura de Alagoas.

GRITO DOS EXCLUÍDOS

Quinze anos de Grito: um olhar retrospectivo

Pe. Alfredo J. Gonçalves*

O Grito dos Excluídos completou 15 anos. Trazemos para nossos leitores uma síntese das reflexões feitas pelo padre Alfredo Gonçalves sobre essa mobilização nacional.

Os lemas

Analisando os lemas do Grito dos Excluídos, desde 1995 até 2009, podemos subdividi-los em quatro fases:

A primeira fase traz os seguintes lemas: *A vida em primeiro lugar* (1995); *Trabalho e terra para viver* (1996); *Queremos justiça e dignidade* (1997). Três temas em torno da defesa da vida e dos direitos humanos. O segundo grupo de lemas - *Aqui é meu país* (1998); *Brasil: um filho teu não foge à luta* (1999); *Progresso e vida, pátria sem dívidas* (2000); *Por amor a essa pátria Brasil* (2001) - apresenta um debate em torno de um Projeto Popular para o Brasil. O terceiro agrupamento inclui apenas dois lemas: *Soberania não se negocia* (2002); *Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão* (2003). O conceito de soberania pressupõe relações internacionais, em que cada país procura manter sua postura de país livre e autônomo. Na quarta fase, com os lemas - *Mudança pra valer o povo faz acontecer* (2004); *Brasil, em nossas mãos a mudança* (2005); *Brasil, na força da indignação, sementes de transformação* (2006); *Isto não vale, queremos participação nos destinos da nação* (2007); *Vida em primeiro lugar: direitos e participação popular* (2008); *Vida em primeiro lugar: a força da transformação está na organização popular* (2009) - há uma insistência sobre palavras como transformação, participação e mudança. Tem-se a impressão de que aí estamos patinando.

A certeza de que as mudanças são necessárias esbarra no como levá-las adiante. A eleição de Lula desencadeou expectativas que estavam muito acima das forças sociais organizadas

e seu governo interrompe um processo de construção conjunta do que se poderia chamar Projeto Popular para o Brasil. A aliança pela governabilidade não é senão o compromisso com a manutenção do *status quo*. Levanta-se a necessidade de participar “nos destinos da nação”. Retorna ao centro a questão da cidadania e de como reconstruir os caminhos que levam a ela. É de se destacar que não se acentua tanto a crise, mas o fato de estarmos numa encruzilhada que pressupõe bifurcação de caminhos e opções a serem assumidas. A patinação não é tanto um atoleiro, e sim um esforço conjunto de acertar novas escolhas e novos canais de participação e de controle popular.

Imagens

As imagens de que se servem os organizadores expressam melhor que as palavras o que se entende por Grito dos Excluídos. As mais recorrentes são a de **espaço, canal, construção ou elo de ligação**. Quatro termos que se esforçam por traduzir a participação de pessoas, entidades, Igrejas, movimentos, organizações na coordenação das atividades e o grande leque de parcerias que ele tem cativado ao longo dos 15 anos de sua realização. Outra imagem é a de instrumento: o Gri-

to como **instrumento** de participação política e transformação social, tem uma função específica e intransferível no conjunto da orquestra.

Duas outras imagens: a do **rio/igarapé e a da árvore**. A imagem do *rio/igarapé* traduz as preocupações locais e regionais do Grito e suas articulações nacionais e globais.

O Grito é um grande rio constituído por centenas ou milhares de pequenos igarapés. Enquanto o *igarapé* responde pelo grito concreto que vem do chão, o *rio* confere maior visibilidade e incidência política à ação, na medida em que congrega os gritos dispersos.

Por fim, a imagem **da árvore**. A árvore cresce primeiro para baixo, depois é que cresce para cima. *Crescer para baixo* é afundar as raízes nos porões do sofrimento humano, ali onde a vida encontra-se mais ameaçada e a exclusão social é mais sentida. *Crescer para cima* é buscar o sol, o ar, a liberdade; é lutar por direitos e por uma cidadania real e efetiva; é produzir folhas, flores e frutos, ou seja, construir uma sociedade justa e solidária. No caso concreto do Grito, só é possível sonhar com uma nova sociedade na medida em que ela tenha os pés bem firmes nas dores e esperanças dos setores mais pobres da população.

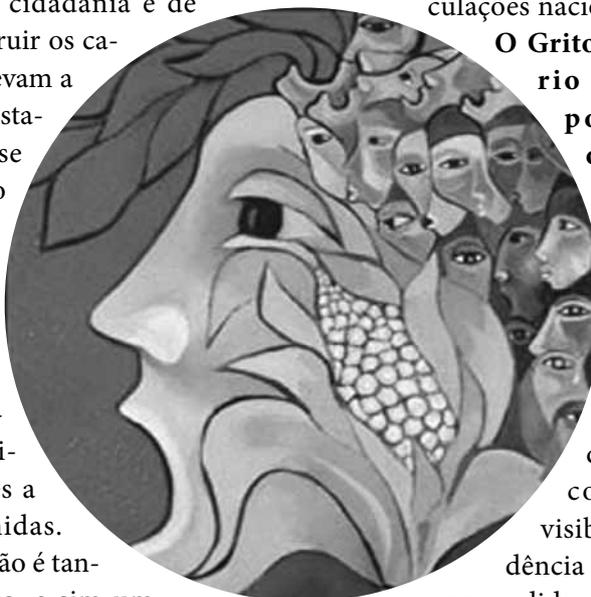
Uma pergunta incômoda

Quem grita e como se grita? Pergunta incômoda e intrigante. Ela coloca sobre a mesa o tema do protagonismo dos próprios excluídos. São os excluídos que efetivamente saem às ruas e que tomam as decisões relativas às diferentes atividades que envolvem a iniciativa? O Grito é *dos* excluídos ou *para* os excluídos? É preciso coragem para reconhecer que as manifestações do Grito ainda são levadas a cabo por grupos relativamente seletos entre a população marginalizada. Predominam as mesmas pessoas que, de alguma forma, estão ligadas a algum movimento, entidade ou organização. É preciso mais coragem ainda para encarar de frente as dificuldades de penetrar nas camadas onde é mais grave a exclusão social. Aí entra também a questão da linguagem. Nossa linguagem conceitual, abstrata e verbalizada nem sempre consegue se fazer ouvir e muito menos entender. Mas não é só a linguagem. Também os conteúdos devem estar em sintonia com os males que tocam o cotidiano dos setores mais pobres da população.

Mudanças

A urgência de mudanças profundas ganha maior peso no quadro da conjuntura atual. O Grito dos Excluídos em 2004 colocou o debate sobre as mudanças necessárias, para uma progressiva inclusão social. Trata-se de priorizar o pagamento das dívidas sociais com o povo brasileiro. Isso requer coragem política e soberania nacional diante da hegemonia do capital financeiro globalizado.

* Assessor de Pastoris Sociais.
Ilustração: Pavel Egúez



JORNADA DE LUTAS DO CAMPO E DA CIDADE

Em busca da água perdida

Ingrid Campos*

Mutirão das Águas visita comunidades impactadas pela Transposição e descobre que água é o que não falta no Nordeste Setentrional

O prédio em ruínas na pequena vila de Brejo Santo, município ao sul do Ceará, só deixa a sua condição de abandono quando as crianças da comunidade brincam escaldando as poucas paredes que restaram da antiga escola. O prédio foi destruído para dar passagem a um dos canais da Transposição do rio São Francisco e a imagem desoladora flagrada no Ceará não é um caso isolado.

Em vários lugares do nordeste setentrional, as obras da Transposição têm passado e deixado um rastro de destruição e males sociais. Para aqueles que “entravam” os caminhos do “crescimento”, restam incertezas e descontentamento.

Nos quatro estados do Nordeste Setentrional (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) por onde o Mutirão das Águas passou, situações parecidas com o abandono encontrado em Brejo Santo se repetiram. A caravana de visitas, formada por 53 representantes de organizações sociais de seis estados do Semiárido brasileiro (Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Minas Gerais), viajou e esteve em contato, durante três dias, com as comunidades impactadas pelas obras.

As CPT's de Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte participaram da atividade, juntamente com membros da Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, da Frente Paraibana em Defesa das Terras, das Águas e dos Povos do Nordeste e a Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água e contra a Transposição.

No município de Russas (CE), por exemplo, foi possível flagrar a destruição de cisternas que abasteciam a comunidade de Bananeiras. Para dar espaço ao canal da transposição, a comunidade deixou de ter a água que a mantinha.

Em Jati, também no Ceará, a situa-

ção se repete. Dona Maria Constancia mora à beira da estrada, bem em frente à futura agrovila que deve abrigar os desalojados pelas obras. A casa dela será uma das removidas para dar espaço ao canal. Junto com o marido, Seu Pedro, preferiram ser indenizados com dinheiro, ao invés de receber uma casa na agrovila.

A indenização está sendo usada para construir uma nova casa, a 50m da antiga. A única coisa que angustia

guidas, serão abastecidas por dois poços artesanais.

Também na Paraíba foi encontrado um caso ainda mais preocupante. Em São José de Piranhas há relatos de suicídio de lavradores causado pelo medo da perda da terra.

Terra de “faz de conta”

Em Mauriti, no Ceará, precedendo

Foto: São Francisco Vivo



Escola destruída no Ceará para dar lugar a um dos canais da Transposição.

Dona Maria Constancia e Seu Pedro é a destruição do poço que os abastece de água. As obras passarão por cima dele. Seu Pedro acredita que a transposição ao invés de lhe trazer água, pode lhe tirar a que já tem. “Tô pensando nisso aí, vou puxar água da onde?”, pergunta-se desolado.

Em Monteiro (PB), a agrovila em construção, mesmo tendo como endereço a beira do Eixo Leste do Projeto de Transposição, as 130 casas, de seis cômodos e alpendre prestes a serem er-

as indenizações, os moradores foram agraciados por títulos de terra. O outdoor do governo do estado escancara a propaganda com números pouco modestos: “1513 famílias com títulos de terra garantidos”. A publicizada regulamentação fundiária omite os reais motivos da ação: o aceleramento das desapropriações de terra e das indenizações.

Logo após receberem o título de terra, moradores da comunidade Atalho foram recebidos pelos funcionários do DNOCS (Departamento Nacional de

Obras de Combate a Seca) com o programa de indenizações em mãos. O medo de saírem de suas casas sem receber nada, fez com que muitos aceitassem os valores propostos sem objeção. Passado o pagamento das indenizações, veio o arrependimento.

É o que aconteceu com o Seu Cícero. Boa parte da sua renda vem da venda do feijão irrigado que planta. O pouco dinheiro que recebeu da indenização não será o suficiente para comprar uma propriedade que equivalha à que já tem. “Minha terra é o canto mais rico que há, mas para o governo não é”, lamenta.

Manifesto

Em todas as cidades visitadas, o que mais chama a atenção é a completa falta de informação. Até nos lugares onde as obras estão mais avançadas o desconhecimento é grande. No “Manifesto em defesa das águas, da terra e do povo do Nordeste”, lançado no Ato Público que encerrou o Mutirão no dia 30 de novembro em Campina Grande (PB), todas essas violências são denunciadas. Segundo o documento, “o projeto da transposição tem sido imposto a uma população resignada a sofrer em nome de um ‘desenvolvimento’ que, parece, não é para ela”.

Ressalta por outro lado: “Maravilhoso com as águas abundantes em todos os estados, açudes cheios às vésperas de novo período chuvoso, caatinga nem toda ainda seca em muitas partes, plantações verdejantes nos baixios. Sinais do Semiárido viável com seus próprios recursos naturais e culturais de seu povo forte”.

Ao contrário da caravana Lula, realizada em outubro com ares de campanha eleitoral, o Mutirão das Águas viu o que ninguém queria ver.

* Assessora de comunicação do Projeto São Francisco Vivo.

CRIMINALIZAÇÃO

Cronologia de uma CPMI

Antônio Canuto*

Uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional para investigar o repasse de recursos públicos ao MST e de quebra aos demais movimentos sociais do campo. É clareador acompanhar a cronologia desta CPMI.

18 de agosto – O governo federal anuncia que em 15 dias divulgará a atualização dos índices de produtividade. Os atuais são baseados no Censo Agropecuário de 1975. Nos dias seguintes, o anúncio da medida foi atacado violentamente por parlamentares da bancada ruralista e por quase todos os grandes meios de comunicação. A atualização seria uma punição severa para quem está produzindo.

02 de setembro – A Revista Veja traz como matéria de capa **“Por dentro do cofre do MST”**. *“VEJA teve acesso às movimentações bancárias de quatro entidades ligadas aos sem-terra. Elas revelam como o governo e organizações internacionais acabam financiando atividades criminosas do movimento”*, diz a chamada. Com base nesta matéria, a senadora Kátia Abreu e o deputado Ronaldo Caiado, do Democratas, coletam assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a destinação de recursos públicos para movimentos que “atuam contra a lei”.

23 de setembro – Sarney pronuncia discurso no Senado em que condena a demonização dos movimentos e diz que os sem-terra são “vítimas da frustração”.

28 de setembro – O MST ocupa, na região de Iaras, SP, fazenda grilada pela



Foto: CPT Marabá

Cutrale, produtora de laranjas. Um trator derruba alguns milhares de pés de laranja. A mídia divulga as imagens.

29 de setembro – Um grupo de intelectuais, artistas e religiosos entrega aos presidentes do Senado e da Câmara **“Manifesto em Defesa da Democracia e do MST”**, com mais de 3.000 assinaturas de personalidades.

30 de setembro – É lido no plenário do Congresso o requerimento da CPMI para investigar o repasse de dinheiro público para o MST, assinado por 192 deputados e 34 senadores. Depois de intenso trabalho de convencimento, 42 deputados retiraram suas assinaturas. Sem o número suficiente de assinaturas não se instala a CPMI. Frágil derrota dos ruralistas.

05 de outubro e seguintes – A ocupação da fazenda da CUTRALE do dia 28/09, é matéria de todos os noticiários da televisão e dos grandes jornais, tratada como vandalismo. Parlamentares, membros do poder judiciário, ministros da República e até o presidente Lula, criticam e condenam a ação do

MST. Proliferam textos que atacam o “vandalismo dos sem terra, o desrespeito à lei e ao direito. Alguns poucos fazem outra leitura dos fatos.

20 de outubro – Em base a esta ação da mídia, o DEM protocola novo requerimento de CPMI sobre o repasse de recursos públicos para o MST, assinado por 188 deputados e 35 senadores.

21 de outubro – É lido no plenário do Congresso o requerimento para instalação da

CPMI. Até o fim do dia, 29 deputados haviam retirado suas assinaturas, mas no último minuto o DEM apresentou a adesão de outros 55 deputados. Estava instalada a CPMI.

O que a CPMI do MST oculta

A CPMI tem como objetivo principal **garantir que o dispositivo constitucional que limita o direito à propriedade ao cumprimento de sua função social continue, na prática, letra morta**. Por isso o ataque a todas as formas de luta dos movimentos do campo, desgastando-os, para reduzir o apoio e a solidariedade que recebem. Assim busca-se inibir as ações do governo em favor da reforma agrária e impedir a atualização dos índices de produtividade agrícola. **“O ataque ao MST extrapola a luta pela Reforma Agrária**. É um ataque contra os avanços democráticos conquistados na Constituição de 1988. É a própria reconstrução democrática do Brasil que está sendo posta em xeque. É a própria reconstrução democrática do Brasil, que está sendo violentada.” (Manifesto

entregue aos presidentes da Câmara e do Senado).

A descarada manipulação da mídia sobre o caso da derrubada das laranjeiras, esconde que na região há 200 mil hectares grilados de terras da União e que a Cutrale “comprou” a área há apenas cinco anos, sabendo haver processo na Justiça para reintegração de posse pelo Incra. Esconde também que a Cutrale tem nada menos do que 30 fazendas, 53.207 hectares. Seis delas improdutivas. Entre as 30, não consta a área grilada de Iaras. A “grande” mídia oculta que as empresas produtoras de suco passaram a comprar terras para produção de laranjas para impor preços e condições draconianas aos pequenos e médios agricultores que antes produziam laranja. Entre 1996 e 2006, foram destruídos – dados do Censo Agropecuário – **somente em São Paulo, nada menos do que 280 mil hectares de laranjais**. (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Brasil de Fato edição 347).

Um questionamento levantado por ninguém menos do que Luis Carlos Bresser Pereira, ex-ministro de FHC: **“Não vou defender o MST pela ação, embora esteja claro para mim que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma das únicas organizações a, de fato, defender os pobres no Brasil**. Mas não vou também condená-lo ao fogo do inferno ... Não deixa de ser surpreendente indignação tão grande contra ofensa tão pequena se a comparamos, por exemplo, com o pagamento, pelo Estado brasileiro, de bilhões de reais em juros calculados segundo taxas injustificáveis ou com a formação de cartéis para ganhar concorrências públicas ou com remunerações a funcionários públicos que nada têm a ver com o valor de seu trabalho. Por que não nos indignarmos com o fenômeno mais amplo da captura ou privatização do patrimônio público que ocorre todos os dias no país?” (Indignação com as Laranjeiras – Folha SP 19.10.2009)

Intervenção Federal no Pará?

Em 12 de novembro, o Tribunal de Justiça do Pará (TJE) admitiu, por 21 votos a favor e apenas um contrário, pedido de intervenção federal no estado, por este não cumprir liminares de reintegração de posse de fazendas ocupadas por sem-terra. Pedido ajuizado por fazendeiros e pela presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). O pedido de intervenção no estado se deu em decorrência das ações dos movimentos do campo dentro da **Jornada de Lutas Contra a Lentidão do Processo de Reforma Agrária**, no Pará, em que também denunciava a existência de milícias armadas nos latifúndios.

As manifestações começaram no dia 3 de novembro, exigindo o assentamento das duas mil famílias acampadas no Estado. A imprensa deu destaque a imagens de destruição de casas e de bens, atribuídas aos sem-terra, em áreas do grupo Santa Bárbara, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas, e na Fazenda Rio Vermelho. Houve outra manifestação, no dia 6, esta na Curva do S, onde se deu o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Os trabalhadores interditaram a rodovia PA 150. O governo do estado reagiu. Enviou tropas para desinterditar a estrada. Quando o batalhão da polícia de choque chegou, a estrada já estava desinterditada. Mas, com truculência, os coman-

dantes sacaram armas e ameaçaram atirar nos que se aproximavam. Três trabalhadores foram presos. Não fosse a intervenção do advogado da CPT de Marabá, José Batista Gonçalves Afonso

e dos defensores públicos, Rossivagner Santana Santos e Arclébio Avelino da Silva, a situação poderia ter degenerado em um novo massacre. O governo também escalou delegados para indiciar e prender lideranças dos sem-terra. Dez mandados de prisão foram decretados. Mesmo assim, a governadora Ana Júlia foi acusada de omissão. Segundo Nota da CPT Pará “nos últimos tempos tem se assistido a uma rearticulação do setor ruralista sob a coordenação da CNA e que tem por objetivo desestabilizar o atual governo e desarticular os movimentos sociais que fazem o enfrentamento com diferentes setores do agronegócio”.

Um novo massacre em gestação?

Tanta insistência da mídia em divulgar ações dos movimentos, sobretudo as que os incriminam, não estará

“É preciso criar fatos e notícias que construam uma imagem negativa do movimento para que qualquer ação contra o mesmo tenha uma legitimidade social. Coloniza-se o imaginário para legitimar ações brutais”, diz, em Nota, o Núcleo de Educação do Campo da Universidade Federal do Pará – Campus de Marabá. E continua “a mídia assume as rédeas da desmoralização, após isso outros sujeitos políticos entram no processo”. Foi o que aconteceu com o TJE acatando pedido de intervenção federal. Não se vê, porém, o mesmo empenho da justiça na apuração dos casos de denúncia de grilagem de terras; na punição dos responsáveis pelo assassinato de mais de 800 trabalhadores rurais nos últimos 30 anos, ou pela exploração do trabalho escravo; na investigação das ações do grupo de Daniel Dantas que, usando de milícias armadas, assassinou um trabalhador e feriu outros 17, só de janeiro a outubro do ano corrente. Todos crimes impunes. Os ruralistas e os principais meios

Foto: CPT Marabá



Monumento na Curva do S em homenagem aos 19 trabalhadores sem-terra assassinados em 1996

sendo intencionalmente fabricada para justificar um possível novo massacre? Ao MST são atribuídas todas e quaisquer ações de qualquer grupo de sem terra, ou outro movimento do campo.

de comunicação do estado, à serviço dos grupos econômicos, encurralaram o Governo que assumiu uma postura de distanciamento dos movimentos que fazem a luta no campo, diz a CPT Pará.

Irmã Geraldinha sofre ameaças de morte

Por sua atuação pastoral junto aos sem terra, no município de Salto da Divisa, Vale do Jequitinhonha (MG), irmã Geraldina Magela da Fonseca, conhecida como “Irmã Geraldinha”, da CPT Minas Gerais, vem sofrendo ameaças de morte. Iniciaram no final de 2008, mas se intensificaram em 2009. Motivo: o apoio que dá às famílias do acampamento Dom Luciano que pleiteiam a desapropriação da fazenda Monte Cristo. As ameaças também se dirigem às famílias acampadas, de modo particular a Adriano, José dos Santos, Edilânia, sr. Manoel e dona Gildênia.

Em julho, um acampado, ao chegar à cidade, ouviu que se estava reunindo um grupo de pessoas para ir ao acampamento e acabar com tudo. “A primeira cabeça que quero ver rolar é a da tal de Geraldinha. Ela só irá ficar quieta quando acontecer com ela o que aconteceu com Irmã Dorothy Stang”, teria dito uma das pessoas. No final de outubro, começo de novembro, as ameaças se tornaram mais incisivas em telefonemas e na busca de informações sobre a religiosa. O bispo de Almenara, Dom Hugo Steekelenburg, e o clero diocesano se declararam solidários com os acampados e com Irmã Geraldinha, e repudiaram as ameaças. Em Nota, a CPT Minas Gerais exige que o poder público efetue a desapropriação da Fazenda Monte Cristo, “assentando as 85 famílias que estão debaixo da lona preta há três anos e sendo submetidas a ataques frequentes de jagunços e inimigos da Reforma Agrária”.

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

Para outra compreensão e ressignificação da Reforma Agrária

ANTONIO CANUTO*

De 23 a 26 de novembro, em Hidrolândia (GO), cerca de 70 agentes da CPT de todo o país se reuniram para pensar a Reforma Agrária no Brasil e assumiram o desafio de construir uma nova compreensão e ressignificação da mesma. O Encontro foi acompanhado por Horácio Martins, assessor da Via Campesina, Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Sandro Gallazzi, doutor em teologia bíblica e agente da CPT Amapá, que fez a leitura bíblica da realidade debatida.

Um debate que se prolonga no tempo

Horácio fez um resgate histórico dos debates e das propostas de reforma agrária a partir dos anos 1940 até os dias de hoje. Começou pela proposta apresentada pelo Senador Luiz Carlos Prestes, do PCB, na Constituinte de 1946, passando por alguns projetos de Lei, pelo programa do governo João Goulart (uma das alegações para o golpe de 1964), pelo Estatuto da Terra, o primeiro programa Nacional de Reforma Agrária, (do qual ele mesmo foi um dos redatores), a Constituinte de 1988, chegando ao II Plano Nacional de Reforma Agrária do presidente Lula. Neste histórico também resgatou as intervenções da Igreja em relação à temática da Reforma Agrária, e os programas de Reforma Agrária da Contag (1979) e do MST (1984), além dos Programas Agrários do PT nas campanhas presidenciais de 1989 e 2002.

Horácio destacou que em nenhum momento da história do Brasil se colocou como meta e objetivo o fortalecimento do campesinato, nunca houve um projeto para fortalecer o pequeno. Mesmo as esquerdas, defendiam o desenvolvimento capitalista do campo como passo necessário para a revolução socialista.

Pensar a terra a partir das territorialidades anuladas

O professor Carlos Walter ressaltou que no Novo Mundo fala-se em descobrimento, mas o que realmente aconteceu foi o encobrimento dos povos em sua diversidade existente. O Estado de característica colonial se reconhece como o todo. Desconhece e anula a diversidade das nações. A recuperação dos espaços e territórios perdidos para o sistema colonial precisa ser pensado numa visão maior de Reforma Agrária. Este, porém, será um processo de transformação de longo curso. Depois de 500 anos é que um índio assume o poder na Bolívia. Neste país se decidiu que é preciso descolonizar o Estado e o conceito de desenvolvimento é substituído pelo do “viver bem”.

Questão racial constitutiva do sistema-mundo

No contexto mundial, a América Latina, e nela o Brasil, tem um papel marginal. Mas a Europa não seria o que é se não fosse a América. A invasão do Novo Mundo vai configurar um mundo que se construiu sobre a

discriminação racial que se tornou constitutiva do sistema-mundo. Até o século XVI, não havia registro de discriminação racial. Esta diferenciação foi colocada pela necessidade dos europeus de se apropriarem dos territórios e da força de trabalho dos que viviam no Novo Mundo, e dos escravos africanos, apresentados como raça inferior, inclusive com o debate sobre se índio teria ou não alma.

monocultura. A da cana. Ninguém espontaneamente faz monocultura. Esta só foi possível pela expropriação dos territórios e pela exploração do trabalho escravo. Os engenhos aqui instalados eram tão modernos para a época quanto os tratores computadorizados de hoje. Funcionavam porque os escravos não tinham liberdade de produzir o que quisessem. A leitura que se faz de nossa história, é a leitura dos

Foto: CPT Nacional



Monocultivos surgem no Novo Mundo

Segundo disse Carlos Walter, foi na América que se implantou, pela primeira vez no mundo, o sistema da

ciclos econômicos - pau brasil, cana, mineração, café, borracha -. Todos baseados na monocultura e na escravidão. Outra história e outra geografia existiram desde sempre, a dos indígenas, a dos negros construindo espaços de liberdade com culturas diversificadas, mas que é totalmente invisível,

periférica, sem expressão, porque o que sempre interessou à oligarquia moderno-colonial foi a produção para exportação, numa clara subordinação aos interesses da Europa. Nunca se falou do ciclo do milho e da mandioca, que alimentaram o Brasil.

Foto: CPT Nacional



“A luta pela terra é cada vez mais uma luta pela TERRA”

O desenvolvimento capitalista coloca em risco toda a humanidade, ao separar homem e natureza. O capitalismo destrói o caráter sagrado da natureza. É da sua essência o ser antiecológico. Por isso a Reforma Agrária exige uma ressignificação e reapropriação social da natureza, dentro de um complexo maior que é um projeto camponês para o campo. A luta pela terra se torna necessariamente

uma luta pela TERRA, onde o camponês assume o controle e a direção de sua vida. Hoje os povos indígenas começam a se recuperar do genocídio sofrido e tem que se abrir espaço para que suas identidades possam se manifestar. Sente-se o poder concentrador e destruidor do capitalismo em relação à alimentação, enfatizou Horácio. Para auferir maiores lucros, o capitalismo quer o controle dos alimentos e procura homogeneizar a dieta alimentar em todo mundo. Isto se contrapõe ao conceito de Soberania Alimentar, defendido pelos movimentos do campo. É a tirania da dieta alimentar.

As comunidades, interlocutoras da CPT

Sandro, entre as ricas referências bíblicas que utilizou, lembrou que o grande motor da Igreja Latino-Americana e da própria CPT são as comunidades. Hoje pouco se fala nelas. Ganha corpo o individualismo. Mas nossa arma é a comunidade. O centro do cristianismo não é o indivíduo, mas o irmão, como está muito claro nos evangelhos. Os interlocutores da CPT são as comunidades. Ele também afirmou que a brecha por onde a CPT pode entrar para disputar o espaço com a oligarquia dominante nas questões ligadas à posse e uso da terra é a linguagem dos direitos. O Direito das populações tradicionais é reconhecido internacionalmente e aí temos que nos apegar para exigir o respeito à diversidade camponesa.

Foto: CPT Nacional



Um instrumento de trabalho

Os debates dos quatro dias de estudo foram sintetizados em um instrumento de trabalho, que é um convite para a continuidade da reflexão que se intitulou: Para outra compreensão e ressignificação da Reforma Agrária.

O documento afirma que, neste tempo de mudanças que gera nas populações do campo e da cidade “incertezas diante do seu futuro e do planeta Terra” e “diante do poder destrutivo e devastador da expansão do capital, a CPT se coloca à escuta dos gritos que se unificam na histórica bandeira popular da Reforma Agrária.” Constatamos que hoje se vive uma “violenta expropriação dos pobres do campo” igual à vivida nos anos 70, quando a CPT foi criada. Isso devido à expansão das empresas de monocultivo de cana, soja, eucalipto e outros, e das mineradoras. “Estas atividades, ao concentrarem o poder sobre a terra, a água e todos os bens naturais para a vida não só produzem essas e outras *commodities*, como também produzem injustiças, exploração do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo e crimes ambientais.” Diante desta realidade a CPT propõe “uma profunda reflexão para a qual convida as igrejas, os camponeses e camponesas, os povos tradicionais (indígenas quilombolas, ribeirinhos...), os movimentos sociais e toda sociedade em geral para desencadear um movimento de ‘revalorização e ressignificação’ da Reforma Agrária.”

O texto pontua que a expansão do capital acaba “colocando em xeque a humanidade e o planeta Terra” e que a “expansão da agricultura no Brasil só ocorrerá, avançando-se sobre os biomas da Amazônia e Cerrado onde se encontra a maior biodiversidade do mundo e a maior quantidade de água doce disponível”. Ressalta que “todas as propostas e programas apresentados até hoje para realização da Reforma Agrária” não responderam ao que os camponeses realmente propunham. O que se deu foram “desapropriações e assentamentos, que na maioria dos casos são programaticamente inviáveis. Criados com o específico objetivo de serem cooptados pela lógica do mercado, muitas vezes mostrados como exemplos negativos”.

Enfatiza que o “patrimônio dos povos da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga, da Mata Atlântica, do Pan-

tanal e do Pampa, anima a caminhada para a construção de outros projetos alicerçados em “novas relações sociais, ecológicas, econômicas, de gênero e étnicas”. Este patrimônio e estas relações se contrapõem “ao projeto dominante e à (ir)racionalidade do lucro que hegemoniza e coloniza o espaço e o tempo da vida.” A CPT se propõe caminhar “junto com os camponeses e camponesas que lutam contra o agro e hidronegócios e as mineradoras com todas as suas conseqüências”. ... “Na atual disputa entre os territórios camponeses e os territórios do capital, a desapropriação de latifúndios, a retomada das imensas áreas griladas, o aproveitamento das terras públicas para a Reforma Agrária, e a definição de um limite para o tamanho da propriedade da terra, serão a oportunidade de avançar na territorialização e autonomia camponesa, no respeito e na valorização das diferentes campesinidades, possibilitando a produção de alimentos agroecológicos, abundantes e saudáveis, garantindo a defesa da água e da biodiversidade, tão necessárias para o ‘bem viver’”, diz o documento.

E chama a atenção para “os mecanismos que buscam cooptar e descaracterizar as comunidades tradicionais e os movimentos sociais do campo que quebram laços históricos de organização e solidariedade comunitária, e atrelam ao poder público comunidades e povos, favorecendo a manipulação eleitoral, e facilitando o mau uso e o desvio de recursos, com isso enfraquecendo a luta camponesa”. O documento conclui: “Entendemos a Reforma Agrária como a reconquista dos territórios camponeses e a conquista de novos territórios, respeitando a diversidade, a cultura, a religiosidade, as etnias dos povos dos diferentes biomas brasileiros. Defendemos que a terra seja de fato daqueles e daquelas que nela vivem e trabalham, para que eles e elas possam reapropriar-se da natureza e decidir, com autonomia e respeito, sobre os seus territórios. Hoje, os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos...), os camponeses e camponesas são os guardiões do rico patrimônio de conhecimentos da terra, da água, das sementes, dos alimentos, enfim de toda a biodiversidade reafirmando um outro projeto de vida: a terra sem males”.

ARTIGO

“Morrendo em Abundância!”

CRISTIANE PASSOS*

“**M**orrendo em Abundância”, é o título do filme do diretor grego, Yorgos Avgeropoulos, que ganhou menção honrosa como melhor média-metragem no XI Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), na cidade de Goiás, em julho desse ano. O documentário impacta por mostrar, em imagens eloqüentes, como a alta dos preços dos alimentos, a partir da crise do sistema econômico mundial no segundo semestre de 2008, que fez crescer o número de famintos no mundo e é única e exclusivamente fruto da especulação financeira sobre a produção agrícola. Nunca se produziu tanta comida no mundo, como agora, e, ao mesmo tempo, nunca se teve tanta fome, o que justifica o título “Morrendo em Abundância”. A crise dos alimentos não é uma crise de produção, e sim, uma crise do modelo econômico que transforma a mais básica das necessidades humanas, a alimentação, em mercadoria sujeita não só às leis de oferta e procura do mercado, mas refém do jogo especulativo.

O documentário ainda é uma contundente denúncia dos estragos que o capitalismo provoca, sobretudo nos países pobres. Transporta o espectador para o campo onde mostra como os interesses comerciais internacionais se impõem sobre os interesses nacionais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) interveio na Índia, alegando que o programa do governo que adquiria a produção dos camponeses e a vendia a preços acessíveis aos pobres, afrontava as regras do mercado internacional do livre comércio. Com isso, a Índia começou a importar alimentos. Resultado: parte da produção nacional deixou



Foto: CPT Nacional

Exibição do filme “Morrendo em Abundância” durante Encontro Nacional de Formação da CPT

de ser absorvida, e a fome aumentou entre os pobres que não tinham dinheiro para comprar os alimentos

Também é denunciada a ação das empresas detentoras de patentes de sementes transgênicas que induzem os agricultores a utilizarem suas sementes com a promessa de maior produtividade. Acabam forçados a se enquadrar em um modelo “moderno” de produção, que os endivida e que mata o solo. O caso exemplar também é o da Índia. Milhares e milhares de agricultores indianos, que antes guardavam as sementes de uma safra para outra, passaram a comprar as transgênicas. Junto com elas os herbicidas indicados, todos da mesma megaindústria, a Monsanto. Com isso, os agricultores foram se endividando, pois além de pagar pelas sementes a cada safra, era necessário usar mais herbicidas e a produção não aumentava na mesma proporção. O crescente endividamento causou em muitos indianos depressão. Cerca de 200 mil agricultores, vencidos

pelo desespero, se suicidaram na Índia nos últimos anos por não poderem saldar seus débitos.

Um filme altamente didático sobre o entrelaçamento de interesses econômicos em nível planetário, que ignoram os direitos básicos das pessoas e condenam os mais pobres e frágeis, como os idosos e crianças, à fome e à morte. Pena que o filme não esteja à disposição do público e em versão portuguesa (está legendado). Seria um ótimo instrumento para a sociedade tomar consciência dos interesses que estão em jogo no mercado de alimentos.

Crime contra a humanidade

A CPT teve o privilégio de ver este documentário no Encontro Nacional de Formação, em Hidrolândia, depois de ter recebido autorização dos produtores gregos. Registramos aqui a opinião de alguns dos participantes do Encontro:

“Achei o documentário importante para refletirmos sobre as contradições do capitalismo no que diz respeito à produção, comercialização e consumo de alimentos no mundo. Há muita produção de alimentos, mas que não são para alimentar o povo, mas somente para fins comerciais. As empresas, detentoras das técnicas de transgenia, seduzem os pequenos e médios produtores, fazendo destes seus reféns para sustentar o mercado. Resta a nós combater esse crime contra a humanidade.” (Adilson Alves, CPT Goiás)

“Assistir a um filme como este deixa a certeza de que os grandes não estão preocupados com as consequências para os mais pobres, e para o meio ambiente e a agricultura familiar. Os miseráveis passam a ser detelhe, meros consumidores. A agricultura familiar está sendo engolida pelas multinacionais e o mais preocupante é que tem pequenos agricultores pensando como os grandes e praticando a monocultura e o uso de agrotóxicos. Foram fígados pelo capital e não encontram forças para dele se libertar.” (João Damásio, CPT Rondônia).

“O filme é impactante. Choca ao mostrar a frieza do mercado e a dor, desespero, desilusão dos camponeses e camponesas indianos que entraram num caminho sem volta ao aderirem ao plantio de sementes transgênicas e perderem as suas sementes nativas. É também um grande alerta à sociedade mundial para o perigo que corremos de ficarmos dependentes de uma alimentação controlada por um ou dois grupos multinacionais.” (Maria dos Anjos Sousa – CPT Araguaia-Tocantins)

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

DADOS PARCIAIS 2009

Sintonia entre capital e Estado mantém a violência no campo

Os dados parciais de Conflitos no Campo divulgados pela CPT, no dia 23 de novembro, mostram que tais conflitos teimam em persistir, bem como a violência, que, mesmo com oscilações nos números, cresce, com uma presença dramática na vida do povo do campo. Os totais do período, para o Brasil, apresentam uma diminuição nos números de conflitos – 942 em 2008, 731 em 2009. Já o número de ocupações se manteve praticamente estável: 232 em 2008, 231 em 2009; o de acampamentos apresentou redução, de 37 para 32. Houve um declínio no número de expulsões, de 1.612 para 1.321, mas, em contrapartida, a ação do Estado aumentou em 16,6 % o número de despejos: 9.226 em 2009, 7.913 em 2008. Este número é maior que o total de despejos de todo o ano de 2008, 9.077.

O número de assassinatos é de 20, no mesmo período dos dois anos, sem contar os cinco sem-terra assassinados em Pernambuco, ainda no primeiro semestre. Esse dado indica um aumento da violência: em 2008, a cada 47 conflitos houve um assassinato, já, em 2009, ocorreu um assassinato a cada 36,5 conflitos. As tentativas de assassinato passaram de 36 em 2008, para 52 em 2009. O número de ameaçados de morte teve um leve recuo, de 64 para 62, e o de presos um pequeno aumento, de 154 para 156. Já o que mais se destaca é em relação ao número de torturas que disparou de 3 em 2008, para 20 em 2009, enquanto o de pessoas agredidas recuou de 675 para 241. O trabalho escravo também apresentou números menores, tanto de ocorrências - 222 em 2008, 179 em 2009 - quanto de trabalhadores em situação de escravidão - 5.911 em 2008, 5.027 em 2009 - e de libertados, 4.259 em 2008 e 3.335 em 2009. Mas é de se ressaltar que ele está presente em 18 estados da federação, em todos os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em 2009, o número de menores em situações de trabalho escravo cresceu de 83 para 106.

É de se destacar que a violência disparou no Centro-Oeste, tanto nos números de assassinatos, de tentativas de assassinato e de ameaçados de morte, como também no número de expulsões e despejos. No Nordeste cresceu o número de trabalhadores presos, agredidos e torturados. O Norte mantém a liderança em assassinatos e trabalho escravo, e no Sul dispara o número de pessoas torturadas, 14 das 20 registradas.

Aumenta o número de conflitos e de violência na Região Sudeste

O que mais chama a atenção nos números que ora a CPT divulga é que a região Sudeste, a mais industrializada e desenvolvida do país, foi onde o número de conflitos e de violência no campo mais aumentou, em relação a igual período de 2008. O número total de conflitos - por terra, água, trabalhistas - teve um aumento de 31%, passou de 126, envolvendo 104.071 pessoas, em 2008, para 165 em 2009,

envolvendo 112.796 pessoas. Só os conflitos por terra tiveram um crescimento de 81%, 80 em 2008, 145 em 2009. Numa tendência inversa ao restante do país a região apresentou crescimento no número de ocupações, de 56 para 95, e no número de acampamentos que triplicou, de 2 para 6. Em relação à violência contra os trabalhadores do campo, os dados mostram crescimento de 200% tanto no número de assassinatos quanto no de ameaças de morte (nenhum em 2008, 2 em 2009). As tentativas de assassinato apresentaram crescimento de 600% (1 em 2008; 7 em 2009). O número de presos saltou de 3 para 42 (1300%!). Só houve queda no número de pessoas agredidas, de 119 em 2008, para 5 em 2009 (- 96%). Cresceu o número de famílias expulsas pelo poder privado (ação do próprio fazendeiro), passou de 49 para 63, e o de famílias despejadas quase dobrou, 1.472 em 2008, 2.648 em 2009. Em relação ao trabalho escravo, o número de ocorrências diminuiu de 17, em 2008, para 15 em 2009, mas o número de trabalhadores em situação de escravidão quase triplicou. Passou

de 444, em 2008, para 1.207 em 2009. Na região ocorreram 36,2% de todos os resgates de trabalhadores escravos neste período

As diversas violências contra os povos do campo

O que os números mostram é que cresce a pressão e a violência contra os trabalhadores, sobretudo na região mais desenvolvida, o Sudeste, e onde cresce mais rapidamente o agronegócio, o Centro-Oeste. Mostram também que os movimentos do campo não estão mortos. O que os números não mostram é a agressão simbólica cada vez maior sobre os trabalhadores e seus movimentos, praticada pelos meios de comunicação a serviço do agronegócio. A mídia consegue criar uma imagem negativa dos movimentos do campo, enquanto exalta o desempenho do agronegócio. A mídia criou indignação nacional pela destruição de uns dois hectares plantados com laranja, mas pouca ou nenhuma atenção dá às milhares de pessoas expulsas ou despejadas, tendo destruídos todos os bens de que necessitam para sobreviver. A CPMI contra a reforma agrária, contra o MST, foi forjada em perfeita sintonia entre os meios de comunicação e os empresários do agronegócio, para criminalizar e tentar desestruturar os movimentos do campo, com o objetivo de garantir que o dispositivo constitucional que limita o direito à propriedade ao cumprimento de sua função social, continue, na prática, letra morta.

Foto: Sílvia Netto - MST Minas Gerais



Acessar www.cptnacional.org.br para ver os dados completos.

NUESTRA AMÉRICA



A Venezuela Profunda

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES *

A eleição de Hugo Chávez Frias para presidente da Venezuela, em 1998, surpreendeu a todos, inclusive aos que lançaram sua candidatura. De certa forma, aconteceu na Venezuela algo parecido com o que ocorrera no Brasil com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989. Não que Collor e Chávez sejam iguais. Ao contrário, estão em campos opostos, sobretudo quanto às suas posições com relação ao imperialismo.

A eleição de Hugo Chávez acabou por propiciar que uma Venezuela Profunda ganhasse a cena política colocando uma série de demandas sociais, econômicas e políticas. Hoje, 46% do orçamento do governo venezuelano estão destinados a fins sociais com várias missões de saúde, educação, assim como na área da produção. Nenhum país da América Latina tem um orçamento com esse

perfil. Até mesmo uma reforma agrária, ainda que tímida diante das necessidades, está sendo implementada. Ainda há um núcleo de poder na Venezuela que, tudo indica, se mantém incólume e que impede que o socialismo do século XXI, tal como o presidente Chávez com certa razão propugna, se liberte dos fantasmas do socialismo do século XIX. Trata-se do setor de mineração, em particular do petróleo. Segundo dados de 2008, aproximadamente 92% das divisas do país advêm do petróleo, que vem financiando o mesmo projeto desenvolvimentista de abertura de estradas, portos e de plantas energéticas, inclusive hidrelétricas.

O significado político desse fato é muito mais importante do que o seu significado econômico, ainda que os dois estejam associados. É que há um núcleo de poder que se estrutura a partir do Estado venezuelano, que detém o monopólio da extração mineral e que a partir desse

poder econômico-político se arvora em guardião dos interesses nacionais, ignorando a complexidade da nação que emana da própria revolução bolivariana. Uma das melhores expressões do que denominamos Venezuela Profunda e que emanou dessa verdadeira revolução democrática por que passa a Venezuela é o reconhecimento na Constituição de 1999 dos direitos indígenas, direitos esses até então ignorados no país. Ainda, esse processo não tem sido capaz de impedir os conflitos envolvendo as populações indígenas, em particular as que tradicionalmente habitam a região do Lago Maracaíbo, no estado de Zulia: os Yukpas, os Bari e os Wayuu. É que aqueles povos indígenas habitam a Serra de Perijá onde são grandes os interesses e as concessões históricas do Estado venezuelano a empresas transnacionais de exploração mineira (carvão, urânio), concessões essas que não foram anuladas pelo governo atual. Ali, uma equivocada política de demarcação de terras em ilhas de inspiração estadunidense, muito semelhante à que a direita e os militares brasileiros defendiam diante de Raposa Serra do Sol, vem impedindo que a luta daqueles povos por seus territórios ancestrais seja implementada.

Fazendeiros ocupam terras indígenas e embora o presidente Chávez tenha declarado explicitamente que “entre hacendados (fazendeiros) e indígenas, ese gobierno está con los indios”, posição que nos parece correta, se mostra, porém, insuficiente. Isto porque o verdadeiro teste revolucionário de um socialismo para o século XXI exigiria que, além disso, o governo pudesse dizer que “entre

as empresas de mineração e os indígenas ‘ese gobierno está con los indígenas’”. Aí, sim, estaríamos diante uma verdadeira revolução que sabe respeitar a quinentenária r-existência dos povos originários e incorporar a diversidade de cores que reconheça que o socialismo do século XXI terá as cores da Wyphala, isto é, o complexo de cores do arco-íris da bandeira dos povos originários da Bolívia. A revolução bolivariana corre o mesmo risco de perder sua legitimidade por não compreender a legitimidade histórica da luta desses povos, tal como os sandinistas com relação aos indígenas miskitos.

O que surpreende no caso da luta dos povos Yukpas, Bari e Wayuu na bacia do Lago Maracaibo é o silêncio da direita que poderia tomar esse caso para brandir seu anti-chavismo inconsistente, posto que golpista e midiático. Ainda, a direita também é racista, latifundiária e tem interesses na exploração mineira da Serra de Perijá, daí o seu silêncio cúmplice, o que nos mostra que na Venezuela há algo muito mais profundo que a polarização entre a direita e o chavismo, conforme a mídia por aqui tanto alardeia.

Todo apoio à luta dos povos Yukpas, Bari e Wyuu na Serra do Perijá! Pela liberdade do Cacique Sabino da comunidade de Chaktapa, revolucionário que se reivindica chavista, que está injustamente preso por defender a auto-demarcação dos territórios ancestrais! Por um socialismo com as cores de Wyphala!

* Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) e colaborador da CPT.



Cacique Sabino Romero, da comunidade de Chaktapa, está preso por defender seu território

Foto: Estudantes da UBV - site aporrea.org

BELO MONTE

Xingu em via de ser sacrificado

Projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ameaça o cenário de diversidade da fauna e flora, assim como as populações que vivem próximas ao rio.

MARINA MUNIZ*

Mais de 1.800 km percorrendo desde o Mato Grosso, seguindo pelo Pará até desaguar na foz do rio Amazonas é o trajeto do rio Xingu, que ao longo de sua extensão abriga uma exuberante diversidade da fauna e da flora dentro e fora d'água. Entre as belezas naturais destaca-se a Volta Grande do Xingu, que compreende 100 km sucedidos de largas cachoeiras, arquipélagos florestados, canais naturais rochosos e relíquias arqueológicas. Barragens de concreto, canais concretados, cinco represas nas terras firmes, dezenas de quilômetros de diques e uma grande represa na calha do Xingu modificarão o cenário das proximidades do rio, para dar lugar ao projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Belo Monte afeta diretamente os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Cerca de 250 mil pessoas vivem na região, formada além da população urbana, por ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores, posseiros e quilombolas. Nove povos indígenas, com mais de 1400 pessoas, habitam as Terras Indígenas que serão afetadas por Belo Monte, são eles: Juruna, Assurini do Xingu, Araweté, Parakanã, Kararaô, Xikrin do Bacajá, Arara, Xipaia, Kuruaia. Sem contar os indígenas que moram na zona urbana das cidades ou em terras não demarcadas, somando um total de 20 etnias, ao longo da Bacia do Xingu.



Índio pescando no rio Xingu

A usina provocará impactos socioambientais, como a mudança no regime de inundações e secas, o afluxo populacional, a desestruturação fundiária e a interrupção do transporte fluvial em pontos de acesso para comunidades ribeirinhas e indígenas. Os impactos são ainda mais graves entre a Volta Grande do Xingu e Belo Monte, onde o nível d'água ficará abaixo da maior seca histórica e rio acima ficará permanentemente cheio em nível superior à maior cheia registrada. O bispo da prelazia do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Kräutler, sobressai como uma das figuras mais importantes na luta pelas populações indígenas, pelo Xingu e conseqüentemente contra Belo Monte. Em outubro, Dom Erwin divulgou uma Carta Aberta endereçada ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, alertando sobre o

esquecimento do órgão em relação às populações afetadas pelo projeto.

Também em outubro, o bispo enviou carta ao presidente Lula, contestando Belo Monte e expondo seus impactos. “O que, realmente, nos causa arrepios é a questão da viabilidade social e ambiental do projeto e o extraordinariamente elevado custo financeiro [estimado em R\$30 bilhões], necessário para levar a cabo essa gigantesca obra”, diz trecho da carta. Dom Erwin completa, “Todos nós queremos evitar que o Governo Lula entre na História como um governo que determinou a extinção dos povos indígenas do Xingu”.

Histórico

Os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Xingu tiveram início em 1975. Posteriormente, o governo FHC seguiu com o projeto de Belo Monte, como

estratégia do programa Avança Brasil. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula, avançou notoriamente para sua execução e está previsto para janeiro do ano que vem o leilão de Belo Monte. O I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em 1989, mostrou a posição contrária dos indígenas à construção da hidrelétrica Kararaô (renomeada posteriormente de Belo Monte), contestação ratificada em 2008 no II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Esses povos veem o rio como sagrado e apesar de serem os mais afetados com a construção de Belo Monte, não houve audiências públicas em número suficiente para esclarecê-los sobre o projeto e para escutar suas reivindicações na luta pelo Xingu.

A Usina de Belo Monte, caso construída, será mais um exemplo da pobreza do homem como resultado da riqueza da água na Amazônia. Os rios amazônicos detêm metade do potencial hidrelétrico brasileiro, mas historicamente a construção de hidrelétricas na região resultou em investimentos ruins, do ponto de vista econômico, social e ambiental. Os maiores exemplos disso são as Usinas de Balbina (AM), o maior desastre econômico e ambiental das histórias, no rio Uatumã, e de Tucuruí (PA), no Tocantins. As usinas provocaram a escassez de peixes, proliferação de insetos, expulsão do povo do campo, bem como desestruturação do modo de vida dos indígenas, criação de bolsões de pobreza, aumento da violência, ente outros problemas.

* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

COMEMORAÇÕES

É tempo de celebrar!

Cristiane Passos*

25 anos da
CPT Alagoas

No dia 29 de outubro, trabalhadores e trabalhadoras rurais comemoraram os 25 anos da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas e os 10 anos de resistência na litoral norte. Na ocasião, foi realizada uma retrospectiva das ações desenvolvidas pela Pastoral. Durante a celebração religiosa, o Padre Alex Cauchi declarou: “Acredito em Deus que criou a vida, a luta e a terra para todos. Vamos pedir a Deus para a gente continuar lutando e não sofrer nenhum tipo de escravidão e para ter não só direito à terra e sim dignidade, ter professores que acreditem na reforma agrária, saúde de qualidade para todos (...) Se não lutar, o bom destino não chega”. Após a celebração houve uma caminhada de seis quilômetros, até a praça Santo Antônio no povoado de Porto de Pedras. Os presentes aproveitaram para condenar a concentração de terras e a exploração dos agricultores. A atividade foi encerrada com um almoço coletivo.



Foto: CPT Alagoas

CPT Piauí: 30
anos de Luta
pela Terra e
pela Vida!

“Os pequenos herdarão a terra e nela habitarão para sempre” (Sl 37,29).

Neste ano de 2009, a Comissão Pastoral da Terra no Piauí celebra 30 anos de história e de presença profética na região. A missão da CPT no Piauí foi assumida por agentes, lavradores e lavradoras que tem contribuído com a organização, formação e fixação do homem e da mulher do campo. Nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro foram realizadas várias atividades comemorativas. Dentre elas houve a inauguração de um Memorial pelos 30 anos da CPT no Estado, na Praça Pedro II, em Teresina (PI).

Tanto a CPT Piauí quanto a CPT Alagoas se consolidaram como presença profética na região Nordeste.

Romarias

Romaria do Caldeirão

Sob o tema “Vida e Cidadania no Semiárido” foi realizada, no dia 20 de setembro, a 10ª Romaria das Comunidades ao Caldeirão do Beato Zé Lourenço, em Crato (CE). A Romaria relembra a história do Caldeirão, do Beato José Lourenço e da experiência comunitária vivida pelos que passaram pelo lugar. Durante a atividade houve uma homenagem ao centenário do poeta cearense Patativa do Assaré que usou seus versos para falar da luta no Caldeirão. A Romaria é realizada pela CPT da Diocese de Crato, pela Cáritas Diocesana e pelo Eixo Ação da Diocese.

O Semiárido em Romaria

A 14ª Romaria da Terra do Ceará, que teve como tema “Semiárido em Romaria, por mais Vida e Cidadania”, mobilizou quase cinco mil romeiros que estiveram em uma programação de caminhadas e troca de experiências na cidade de Iguatu (CE), no dia 11 de outubro. A programação da Romaria iniciou ainda de madrugada, com a concentração das pessoas nas proximidades da Igreja do Prado. Por volta das 7h30 da manhã foi iniciada a caminhada em direção à Catedral de São José, para a benção do bispo Dom João. Em seguida, os romeiros seguiram para o Largo da Telha, onde foi feita uma ciranda de abraço ao Lago. No final do dia ocorreram várias atividades culturais e uma missa ao ar livre.

Paraná celebra diversidade
de alimentos

Cerca de cinco mil romeiros e romeiras participaram da 24ª Romaria da Terra do Paraná, que ocorreu no município de Marilândia do Sul, região norte do Estado, no dia 11 de outubro. Com o lema “Do ventre da terra o puro alimento. Na mesa de todos o nosso sustento”, a grande celebração denunciou o atual modelo da agricultura brasileira que não prioriza a soberania alimentar e é pautado nos

moldes capitalistas. O evento também chamou a atenção para a importância da produção orgânica/agroecológica livre de agrotóxicos.

21ª Romaria da Terra da PB

A 21ª Romaria da Terra da Paraíba mobilizou aproximadamente cinco mil pessoas entre os dias 7 e 8 de novembro. “Terra sem concentração” foi o lema da Romaria esse ano. Nas comunidades, assentamentos e na periferia de Sapé (PB) houve uma semana de intensa preparação. Na véspera da Romaria os assentados organizaram uma feira de produtos orgânicos. A celebração de abertura da Romaria foi presidida por Dom Genival Saraiva, bispo das Pastorais Sociais do Regional CNBB Nordeste 2. A Romaria foi marcada por um emocionante testemunho de Elizabeth Teixeira, 85 anos, viúva do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962.

Três mil romeiros em SC

Exatamente um ano após o desastre ambiental ocorrido no litoral catarinense que atingiu fortemente o município de Ilhota (116 km ao norte de Florianópolis), deixando um triste rastro de 47 mortes, a comunidade do Braço do Baú, recebeu com muita alegria, no dia 15 de novembro, cerca de três mil romeiros e romeiras de todo o estado catarinense para participar da 21ª Romaria da Terra e da Água. Motivadas pelo lema: “Cuidar da terra, garantir a vida”, as pessoas presentes puderam ver, ouvir e sentir as reflexões sobre a questão agrária, o meio ambiente e a necessidade de se cuidar da nossa Mãe-Terra. Houve uma missa no encerramento da Romaria, presidida pelo bispo da Diocese de Blumenau, Dom José Negri e concelebrada pelo bispo da diocese de Caçador e referencial da CPT, Dom Luiz Carlos Eccel. O presidente da CPT Nacional, Dom Ladislau Biernaski, também esteve presente e falou aos romeiros e romeiras.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida!

*Antônio Canuto**

Um Congresso que se anunciou para 2009, para acontecer em plena Amazônia, em Marabá (PA), vai se realizar, por vários condicionantes econômicos, de infraestrutura e de agendas, de 18 a 21 de maio de 2010, em Montes Claros, Minas Gerais, em pleno semiárido. Muda o local, altera-se a data, mas o espírito e o empenho são os mesmos, maiores talvez. O mesmo lema: **No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida**. A mesma temática – **biomas, territórios e diversidade camponesa** – vai ser debatida e aprofundada num cenário muito diferente. A exuberância da Floresta Amazônica cede lugar ao Cerrado e à Caatinga. O paraíso das águas é substituído pela aridez e as agruras da região seca do semiárido. Mas a aparente pobreza em água e vegetação esconde uma riqueza muito pouco conhecida, com uma biodiversidade tão ou mais rica que a da própria Amazônia. O Cerrado, uma floresta de cabeça para baixo, com duas terças partes subterrâneas é um tipo único de vegetação com um complexo sistema de raízes responsável por reter mais de 70% das águas das chuvas que alimentam o lençol

freático e os aquíferos de onde brotam as nascentes que formam as bacias do São Francisco, Araguaia-Tocantins, Paraná-Prata. A Amazônia conhecida mundialmente como responsável pelo equilíbrio do clima, é substituída pelo Cerrado, pouco conhecido e valorizado, submetido a um ritmo mais que violento de destruição, colocando em perigo o equilíbrio da vida no planeta.

Montes Claros

Montes Claros, onde vai se realizar o Congresso, tem aproximadamente 400 mil habitantes. Situa-se às margens do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, na região Norte de Minas Gerais, que engloba 86 municípios, e chamada de Área Mineira do Nordeste. Nesta região proliferam as carvoarias e a monocultura do eucalipto. As empresas de reflorestamento têm ampliado muito e de forma indiscriminada o plantio de eucalipto destruindo o Cerrado, apropriando-se de terras públicas que eram usadas coletivamente pelos membros das comunidades tradicionais dos geraizeiros. O que sobra do Cerrado e da Caatinga, onde vivem diversas comunidades, está sendo posto ao chão e trans-



Foto: João Zinclar

formado em carvão. Nascentes e rios estão secando e milhares de famílias estão sendo expulsas da terra. Por isso são muitos e graves os conflitos agrários. Lideranças, como Eloi Ferreira e outras foram assassinadas. A violência, porém, não tem feito diminuir a capacidade de luta do povo. Há uma presença muito forte de comunidades de resistência, como as Quilombolas e de Agroextrativistas que sofrem perseguição por parte das empresas do agronegócio.

pobres deles, pois são os que mais dela precisam.

O terceiro

Neste tempo em que as mudanças climáticas fizeram soar o alerta de uma catástrofe mundial, a CPT não pode deixar de refletir sobre os danos que a atividade humana provoca na natureza. Por isso o terceiro Congresso vai se voltar sobre a relação com a natureza. No centro das reflexões, os biomas brasileiros: a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Pampa. Mas o que mais interessa à CPT é ver e reconhecer a diversidade de comunidades e povos que habitam estes biomas e que com eles convivem numa relação harmoniosa com a natureza. Por isso querem preservar seus espaços, resgatar seus territórios, invadidos e devorados pela sanha capitalista que tudo busca transformar em mercadoria. O terceiro Congresso vai ouvir o clamor dos povos da terra, a memória das lutas enfrentadas, da violência sofrida, do sangue derramado, das vitórias duramente conquistadas. Um clamor em defesa da terra, em defesa das comunidades e seus territórios, numa palavra, em defesa da vida.

Os Congressos

Os dois congressos anteriores aconteceram em Bom Jesus da Lapa, BA, (2001) e na Cidade de Goiás, GO (2005). O primeiro com o tema “Terra, Água, Direitos – Eis o Tempo Jubilar”, coincidindo com as comemorações jubilares do nascimento de Cristo, se realizou nas Grutas do Santuário do Bom Jesus, à margem direita do Rio São Francisco. O segundo se celebrou ao completar a CPT 30 anos, com o tema “Fidelidade ao Deus dos Pobres, a Serviço dos Povos da Terra”. No dizer de dom Pedro Casaldáliga, um tema/lema definitivo. Os dois congressos afirmaram que a CPT continua atual e necessária e seu lugar é ao lado dos camponeses, junto aos mais



Foto: João Zinclar

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: João Ripper



CULTURA

Quando tudo e todos alardeiam que o consumo, a riqueza e a ostentação são sinônimos de felicidade, o Natal anuncia que da simplicidade e do despojamento é que brota a alegria da salvação. (Lc 2,10-11)

A CPT deseja que seu Natal seja celebrado com a simplicidade da Gruta de Belém.

Feliz Natal e um excelente 2010!

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro. CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial
0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA